

# Fórum Técnico Aprimoramento da Legislação e das Relações de Consumo em Minas Gerais

## 2ª Reunião Preparatória – 27/5/2025 – 9 horas

<b>Órgãos e entidades presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)</li><li>• Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)</li><li>• Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (Arsae-MG)</li><li>• Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais (Arisb-MG)</li><li>• Associação Brasileira de Agências de Viagens de Minas Gerais (Abav-MG)</li><li>• Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais (Abrasel Minas)</li><li>• Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas)</li><li>• Associação dos Lojistas de Shopping Centers de Minas Gerais (Alshop-MG)</li><li>• Associação Mineira de Supermercados (Amis)</li><li>• Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)</li><li>• Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH)</li><li>• BMJ Consultoria de Relações Governamentais</li><li>• Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB-MG)</li><li>• Conselho Regional de Nutrição da 9ª Região – Minas Gerais (CRN9)</li><li>• Delegacia Especializada em Defesa do Consumidor da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG)</li><li>• Diretoria de Políticas para a Pessoa Idosa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)</li><li>• Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg-MG)</li><li>• Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais (FCDL-MG)</li><li>• Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg-MG)</li><li>• Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG)</li><li>• Instituto Defesa Coletiva</li><li>• Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)</li><li>• Procon Assembleia</li><li>• Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Procon MPMG)</li><li>• Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais (Sindetur-MG)</li><li>• Sindicato dos Lojistas de Belo Horizonte e Região (Sindlojas-MG)</li><li>• Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Produtos de Supermercados e Hipermercados no Estado de Minas Gerais (Sindsuper-MG)</li><li>• Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)</li></ul>
<b>Parlamentares e assessorias</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deputada Carol Caram</li><li>• Assessoria do gabinete do deputado Adriano Alvarenga</li><li>• Assessoria do gabinete da deputada Carol Caram</li></ul>
<b>Assessoria ALMG</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT</li><li>• Gerência-Geral de Participação e Interlocução Social – GPI</li><li>• Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC</li></ul>
<b>Pauta</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Abertura e recapitulação da proposta do evento</li></ul>

## 2ª Reunião Preparatória – 27/5/2025 – 9 horas

<b>Pauta</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação dos participantes que não vieram na primeira reunião</li><li>• Apresentação, discussão e aprovação dos objetivos do evento</li><li>• Apresentação, discussão e aprovação da programação do evento</li><li>• Indicação de palestrantes para os painéis e palestras previstos</li><li>• Apresentação da Gerência de Relações Públicas e Cerimonial sobre o trabalho de comunicação e divulgação do evento</li></ul>
<b>Transcurso da reunião / pontos importantes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião aberta pela equipe técnica da GPI.</li><li>• Relatou-se que esta é a 2ª reunião preparatória do fórum técnico sobre a legislação do consumidor, evento proposto por requerimento da deputada Carol Caram e aprovado pela Mesa Diretora da ALMG. Esclareceu-se que “fórum técnico” é um dos formatos de eventos institucionais previstos no Regimento da Casa, que têm como diferencial o processo de construção coletiva, em que entidades da sociedade civil e do poder público compõem uma comissão organizadora que define, em reuniões preparatórias, todo o desenho do evento, como o título, os temas, a programação e os expositores a serem convidados. A proposta para este fórum técnico é debater e colher propostas para a revisão, atualização e aprimoramento da legislação do consumidor, especialmente em Minas Gerais.</li><li>• Foi feita uma breve apresentação dos parceiros que participam pela primeira vez.</li><li>• Colocou-se que, a partir dos temas e problemas apresentados na 1ª reunião preparatória, foram sistematizadas pelas equipes da Assembleia sugestões de objetivos gerais e de programação para o evento que serão apresentadas e debatidas nesta reunião.</li><li>• Foi apresentada e lida a proposta de texto para os objetivos do fórum técnico, e aberta a palavra para considerações e sugestões dos parceiros.</li><li>• Foram apresentados alguns pontos, como: a sugestão de que um eventual CDC estadual traga em seu título a palavra “deveres”; a necessidade de revisão das leis esparsas; a proposta de elaboração de um código de consumo, com uma discussão madura sobre direitos e obrigações, mencionando-se que o Brasil é o único País do mundo em que se criminaliza a relação de consumo; a questão da competência federal e os limites de atuação dos entes estaduais, que têm competência residual e concorrente em alguns aspectos; o problema da falência de operadoras no setor de turismo, que prejudica não apenas os consumidores finais mas também os pequenos agentes e agências; e a necessidade ou não da criação de uma secretaria estadual de defesa do consumidor.</li><li>• A equipe esclareceu que esses temas estão, de forma geral, previstos na proposta de programação e que o espaço para apresentação de propostas específicas será nos grupos de trabalho durante a realização do fórum; nessa fase de preparação espera-se sugestões para a aprimoramento do texto proposto para os objetivos gerais.</li><li>• Foi sugerido acrescentar o termo “educação” no terceiro dos objetivos, que ficaram aprovados da seguinte forma: <b>Objetivos</b><ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promover a revisão, o aprimoramento e a atualização da legislação do consumidor em Minas Gerais.</li><li>▪ Contribuir para o diagnóstico e maior efetividade do sistema de defesa do consumidor no Estado.</li><li>▪ Articular os poderes públicos e as entidades representativas dos consumidores e dos fornecedores para a melhoria da educação, proteção e defesa do consumidor.</li><li>▪ Criar relações de consumo saudáveis e benéficas para fornecedores e consumidores.</li></ul></li><li>• Foi solicitado pelos parceiros o envio do compilado de leis estaduais relacionadas à defesa do consumidor mencionado na 1ª reunião; a equipe encaminhará esse documento antes da próxima reunião.</li><li>• A equipe lembrou que a ideia é realizar quatro encontros ainda em 2025 com painéis temáticos e palestrantes pela manhã e grupos de trabalho à tarde (com coleta de propostas para aprimoramento da legislação), e uma etapa final na semana do consumidor em</li></ul>

## 2ª Reunião Preparatória – 27/5/2025 – 9 horas

### Transcurso da reunião / pontos importantes

- março de 2026.
- Foi apresentada e lida a proposta de programação para os quatro encontros, com temas para os painéis e para os grupos de trabalho, e foi comentado que o primeiro encontro terá uma abertura política mais robusta, às 9 horas, para a qual serão convidadas autoridades estaduais e representantes de instituições importantes na temática, e os outros três encontros terão uma abertura mais breve, com participação apenas de parlamentares da Casa, começando às 9h30.
- Foi aberta a palavra para considerações e sugestões dos parceiros.
- A representação do MPMG sugeriu a inclusão da temática “Segurança de produtos, rotulagem e publicidade enganosa”, que vem sendo trabalhado pela instituição.
- Foi sugerido utilizar os termos “segurança no consumo” e apenas “publicidade”, tornando os temas mais genéricos e amplos.
- Sugeriu-se convite ao Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária – Conar – e à Associação Brasileira de Anunciantes – ABA – para participar das discussões.
- A representante do Conselho Regional de Nutrição colocou que a nutrição é tema transversal, que envolve vários setores, agências reguladoras e órgãos, e solicitou audiência pública específica sobre a área de alimentação com participação do Ministério Público, da Anvisa, do Consea e da Vigilância Sanitária.
- A representante do gabinete da deputada Carol Caram colocou que o fórum técnico é um evento institucional, que envolve toda a estrutura da Casa e abordará diversos temas relacionados à alimentação e nutrição dentro de um escopo mais amplo, inclusive com espaço para apresentação de propostas específicas para atuação legislativa, o que não impede que a demanda apresentada seja levada para a deputada Carol Caram e para o presidente da comissão, deputado Adriano Alvarenga, para que proponham a realização de audiência pública específica sobre o tema na [Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte](#).
- Foi sugerido que o tema comércio seja discutido no mesmo grupo de trabalho que abordará saúde, medicamentos e alimentação.
- Esclareceu-se que o tema comércio foi colocado de forma genérica, para abarcar diversos setores que não foram especificados, como imóveis, habitação, vestuário, etc. Foi sugerido e acatado especificar “comércio em geral” e também incluir “serviços” no tema.
- Foi mencionado o crescimento do setor de *pets* e o alto número de demandas relacionadas a ele; comentou-se que existe a discussão sobre o status jurídico dos *pets*, se seriam *bystanders* ou consumidores. Ficou estabelecido que o setor poderá ser contemplado na temática “comércio e serviços em geral”.
- A deputada Carol Caram saudou os participantes e convidou a todos para a [audiência pública sobre os descontos indevidos no INSS](#) logo após esta reunião.
- Foi proposta inclusão, no 1º dia, da temática da autorregulação dos setores, que por vezes com manuais de boas práticas e outros encaminhamentos podem favorecer a proteção do consumidor, mostrando que nem sempre é necessária a atuação do poder público.
- Em relação à rotulagem e à preocupação com a segurança alimentar, foi solicitado que a sistematização da legislação inclua já a regulação específica dos produtos artesanais, pois já existe muita coisa pronta e um compromisso do setor agropecuário com qualidade e segurança.
- Foi sugerido uma abordagem específica para as populações vulneráveis, crianças, idosos e pessoas com deficiência, talvez num grupo de trabalho à parte para qualificar a discussão sobre como o setor produtivo e a sociedade civil podem contribuir para a proteção e a autonomia desses segmentos enquanto consumidores.
- A equipe colocou que a questão dos hipervulneráveis foi pensada como tema transversal, pois há questões envolvendo todas as áreas e setores, mas poderia ser especificada no temário.

## **2ª Reunião Preparatória – 27/5/2025 – 9 horas**

### **Transcurso da reunião / pontos importantes**

- Sugeriu-se uma abordagem específica das fraudes no setor bancário, para além das fraudes pela internet, e o tema foi incluído no 4º dia.
- Foi sugerida a inclusão do tema da constituição e gestão dos fundos de defesa do consumidor, argumentando-se que a gestão deve ser tripartite, com transparência e prestação de contas, e o tema foi incluído no 1º dia.
- A programação e o temário foram aprovados da seguinte forma:
  - 1º Dia – Abertura às 9 horas**
    - 10 horas – 35 anos do Código de Defesa do Consumidor: conquistas e novos desafios
      - A competência estadual e a necessidade de revisão, aprimoramento e atualização da legislação do consumidor no Estado
      - O papel dos poderes e do Ministério Público no desenvolvimento e implementação da política
      - Fundos destinados à defesa do consumidor
      - Interiorização do sistema
      - Normas de difícil aplicação e lacunas legais
      - Segurança no consumo e publicidade
      - Consumidores hipervulneráveis: pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com baixa escolaridade ou insuficiência de renda e residentes em territórios com descobertura de atendimento pelo poder público
    - 14 horas – Grupos de trabalho
      - Grupo 1: O sistema de defesa do consumidor em Minas Gerais
      - Grupo 2: Consumidores hipervulneráveis, segurança no consumo e publicidade
    - 2º Dia – Abertura às 9h30**
      - 10 horas – A internet e a defesa dos direitos dos consumidores
        - Proteção de dados
        - Comércio eletrônico
        - Propriedade compartilhada em plataformas digitais
        - Fraudes por meio digital
        - Inclusão digital e cidadania
      - 14 horas – Grupos de trabalho
        - Grupo 1 – Comércio eletrônico, propriedade compartilhada e fraudes
        - Grupo 2 – Proteção de dados, inclusão digital e cidadania
      - 3º Dia – Abertura às 9h30**
        - 10 horas – Direitos do consumidor no comércio, em setores regulados e nos serviços públicos
          - Fiscalização e o atendimento aos usuários e consumidores
          - Autorregulação dos setores
        - 14 horas – Grupos de trabalho
          - Grupo 1 – Telecomunicações, energia elétrica, água e saneamento
          - Grupo 2 – Transporte terrestre, petróleo, gás natural e biocombustíveis
          - Grupo 3 – Educação, saúde, medicamentos e alimentação

## 2ª Reunião Preparatória – 27/5/2025 – 9 horas

<b>Transcurso da reunião / pontos importantes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Grupo 4 – Comércio e serviços em geral, turismo e lazer</li><li><b>4º Dia – Abertura às 9h30</b></li><li>▪ 10 horas – Prevenção e tratamento do superendividamento: um fenômeno crescente<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Efetividade da Lei nº 14.181/2021</li><li>◦ Educação financeira e educação para o consumo</li><li>◦ Betificação</li><li>◦ Cartões de crédito, empréstimo consignado e contratos de adesão</li><li>◦ Proteção de hipervulneráveis contra o assédio comercial e a violência financeira</li><li>◦ Fraudes</li><li>◦ Atendimento ao superendividado e criação de núcleos de conciliação</li><li>◦ Participação dos bancos no enfrentamento do superendividamento</li><li>◦ Atuação da OAB e do judiciário na solução dos conflitos</li></ul></li><li>▪ 14 horas – Grupos de trabalho<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Grupo 1 – Prevenção e tratamento do superendividamento e das fraudes</li><li>◦ Grupo 2 – Betificação, superendividamento e proteção do consumidor</li></ul></li><li>• Foi colocada em pauta a indicação de palestrantes para abordar os temas e ficou acordado que as entidades poderão fazer as indicações por e-mail, se possível com informações de contato, antes da próxima reunião.</li><li>• A representante da Gerência de Relações Públicas, que integra a Diretoria de Comunicação, relatou que o setor articula diversas áreas da diretoria para o trabalho de divulgação, mobilização de público e produção dos eventos. Será elaborado, a partir de um diagnóstico inicial, um plano de comunicação integrada, que envolverá a TV e a Rádio Assembleia, as áreas de jornalismo e de mídias digitais e ações de comunicação dirigida, com a preparação de uma identidade visual e de peças para divulgação, e solicitou apoio dos parceiros para o diagnóstico e para a mobilização de público para os eventos, sendo fundamental a colaboração das entidades na divulgação para maximizar o alcance da comunicação, com ações articuladas e o uso da capilaridade das redes de contato das entidades parceiras. Para tanto, solicitou que os parceiros inicialmente preencham o <a href="#">formulário eletrônico</a> que será enviado por e-mail junto à memória dessa reunião, fornecendo informações sobre a estrutura e os profissionais de comunicação das instituições e gerando subsídios para a elaboração da identidade visual do evento. Informou ainda que futuramente será convocada reunião específica sobre as ações de comunicação.</li><li>• Foi colocada em pauta a definição do nome do evento, e foram apresentadas algumas sugestões iniciais. Após contribuições e debates, ficou aprovado como título: “Fórum Técnico Aprimoramento da Legislação e das Relações de Consumo em Minas Gerais”.</li><li>• A próxima reunião foi marcada para o dia 24 de junho, às 9h30.</li></ul>
<b>Tarefas combinadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As entidades parceiras devem responder ao <a href="#">formulário de comunicação</a> até o dia 2 de junho, e podem enviar sugestões de expositores para abordar os temas definidos para os quatro encontros da programação, preferencialmente com informações de contato (telefone e e-mail), até o dia 11 de junho, pelo e-mail <a href="mailto:gpi@almg.gov.br">gpi@almg.gov.br</a>.</li></ul>
<b>Próxima reunião</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dia <b>24 de junho</b> de 2025, <b>terça-feira</b>, às <b>9h30</b>, na <b>Sala de Reuniões 1 da GPI</b> (Ed. Tiradentes, 4º andar, Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Santo Agostinho, BH).</li></ul>